



“Agricultoras do Mar: reflexões sobre a construção do conhecimento agroecológico e feminista das maricultoras de algas marinhas no RN”.

Janaina Henrique dos Santos ¹

RESUMO

Este ensaio tem o objetivo de apresentar a atuação das maricultoras de algas marinhas, pouco difundida no Brasil e no mundo, e refletir sobre os aspectos relacionados com as práticas agroecológicas e feministas das mulheres no contexto de sua atuação nas associações AMAR e AMBAP no RN. O cultivo das macroalgas existe no estado do RN há mais de vinte anos. Voltado para a produção de alimentos e biocosméticos – um saber-fazer das mulheres constituído a partir do encontro entre o conhecimento tradicional, diferentes áreas do saber acadêmico especializado e tecnologias sociais de manejo da agrobiodiversidade. Desde a origem do trabalho com as algas as mulheres maricultoras tem encontrado diferentes desafios, que vão desde os familiares, associativo, de parceiras até a superação de percalços na produção e comercialização. Aliados também a tantas conquistas, as mulheres têm construído conhecimentos diversos sobre sua própria experiência de vida e associativa, que se relaciona com a natureza e a biodiversidade, sua autonomia, relações com instituições e geração de renda. Nosso olhar busca compreender as mulheres como sujeitos políticos na agroecologia (SILIPRANDI, 2015) e no ecofeminismo, considerando as diferenciações entre estudos de gênero e feminismos (MAMA, 2011), relacionando-os aos diálogos com a “antropologia da agência” (ORTNER, 2016).

Palavras-chave: agroecologia; algas; autonomia; feminismo; mulheres.

¹ Doutoranda em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Membro da Base de Pesquisa CIRS, Cultura Identidade e Representações Simbólicas. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. janahenrisantos@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Este ensaio se propõe apresentar e refletir o contexto inovador de atuação das mulheres maricultoras de algas marinhas no estado do Rio Grande do Norte-RN, a partir da perspectiva da agroecologia e feminismo², como parte da pesquisa doutoral em andamento no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS da Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN.

Conheci as mulheres maricultoras maricultoras, da Associação de Maricultura de Algas de Rio do Fogo (AMAR), localizada no município de Rio do Fogo – RN e da Associação de Maricultura e Beneficiamento de Algas de Pitangui – AMBAP³, localizada no distrito de Pitangui, no município de Extremoz – RN, nas experiências de acompanhamento na assessoria técnica e colaboradora em projetos desenvolvidos por organização Não-Governamental e instituições de ensino. Nessas oportunidades de estar próxima das maricultoras me instigou conhecer mais sobre as mulheres que desenvolvem uma prática de cultivo tão peculiar e desconhecida. Como haviam se envolvido com as práticas da mariculturas de algas, havia histórico do envolvimento de suas famílias? Como se envolver com práticas de cultivo tão desconhecidas, haveria motivações pessoais, familiares e/ou incentivos externos? Como se deu a aproximação da universidade? Outro questionamento que despertou era entender de que forma as mulheres tem construído o conhecimento sobre as algas? Sua relação com o mar e os objetivos das mulheres com as atividades de produção, beneficiamento e comercialização. E quais autonomias tem sido construída pelas mulheres, a partir do envolvimento com a atividade de maricultura de algas? Essas e outras “curiosidades” elaboraram o conjunto de interesse e de admiração pelas mulheres e suas experiências com as algas como algo fundante das suas vidas.

Contudo, neste ensaio, a intenção não é responder a esses tantos questionamentos, mas fazer desse exercício uma oportunidade para refletir sobre as aproximações da prática agroecológica e do feminismo com o trabalho das mulheres com as algas, destacando o aspecto desconhecido dessas experiências no contexto de construção da agroecologia, como um todo, bem como o desconhecimento da agroecologia no campo da produção das macroalgas no Brasil. Ademais, ao que comprova, portanto, a justificativa de realizar

² As reflexões contidas nesse ensaio parte de uma pesquisa doutoral em andamento.

³ Estas associações originalmente estão sendo acompanhadas, respectivamente, pela UFRN (Departamento de Serviço Social e Aquicultura) e pela UFRSA

estudos sobre a realidade das mulheres das regiões litorâneas, de forma geral, sobretudo as maricultoras de macroalgas, que nesse cenário de pesquisa demonstra tratar-se de uma experiência “inovadora” pensando em uma proposta de ampliação dos olhares feministas e agroecológicos sobre as mulheres das populações tradicionais costeiras, que estão fazendo do mar seu território de construção de conhecimento, mas também de atuação política e de autonomia sobre suas vidas.

Mas afinal, o que são as macroalgas? São algas marinhas que se dividem em microalgas e macroalgas, assumindo diferentes tipologias em cada uma delas. As microalgas são aquelas impossíveis de identificar a olho nu, já as macroalgas podemos, além de vê-las, manipulá-las (TEIXEIRA, 2009). A maricultura de macroalgas é o manejo das algas nos territórios costeiros, através da exploração de algas marinhas nos bancos naturais, práticas de coletas nas praias, conhecidas popularmente como “sargassum” e por via de cultivos especializados no mar.

No Brasil, a literatura especializada registra que ao longo dos anos 70 foi o período de maior realização do extrativismo para comercialização, chegando a exportar para países do oriente por volta de 2000t., declinando a atividade no final dessa década em virtude da extração predatória dos bancos naturais (MARINHO, 2016). Antes da presença japonesa para o incentivo do extrativismo exploratório, as populações costeiras costumavam realizar a coleta nas praias para uso doméstico como adubo orgânico na agricultura.

O cultivo das macroalgas é encontrado nas comunidades tradicionais costeiras de forma mais evidente no Nordeste do país. As primeiras experiências de implementação do cultivo das macroalgas em comunidades costeiras no Nordeste do Brasil foi financiada pela *Food and Agriculture Organization of the United Nations* – FAO, nos estados da Paraíba - PB, Rio Grande do Norte- RN e Ceará – CE, em parceria com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SESAP da época, que após uma experiência piloto construíram o Projeto de Desenvolvimento das Comunidades Costeiras - DCC, entre os anos de 2001 e 2003, contemplando investimentos para diferentes tipos de mariculturas nas comunidades litorâneas, incluindo a maricultura de macroalgas, incentivando o associativismo (BEZERRA, 2008). Após esse período, a necessidade de desenvolvimento das pesquisas científicas acabou por construir estratégias para a prática da extensão, estimulando às populações costeiras a continuidade e fortalecimento do cultivo das macroalgas aliado à necessidade da geração de renda, tendo como horizonte o mercado voltado para alimentos, fins medicinais e biocosméticos. Um saber-fazer construído a partir do encontro entre conhecimento tradicional e diferentes áreas do saber acadêmico

especializado, em tecnologias sociais de manejo da agrobiodiversidade marinha e na área da economia solidária.

No país, a produção de algas voltada para o mercado tem sido desenvolvida de forma mais evidente no Nordeste, principalmente nos estados do Ceará (CE) e do Rio Grande do Norte (RN). Os motivos da região possuir esta referência estão ligados à presença significativa do tipo da macroalga *Gracilária Birdae*, bem como pelo seu conteúdo ser rico em “agar” ou “agar-agar”, espécie de *hidrocoloide*, sendo sua principal característica a consistência gelatinosa.

No estado do Ceará esse cultivo está localizado na comunidade de Flecheiras no município de Trairí e outro na comunidade de Barrinha, no município de Icapuí. E no RN, a produção acontece nos municípios de Rio do Fogo e de Extremoz. Com incentivos de diferentes instituições não governamentais e governamentais⁴ a atividade foi sendo constituída numa tecnologia social para geração de renda, através da venda *in natura*, seca, processada e/ou beneficiada. Para realizar o cultivo é necessário de estruturas flutuantes, como balsas ou *long-lines*, ou fixas, como estacas, onde são retiradas as mudas dos bancos naturais e colocadas nas estruturas de canos que são conduzidas para o preenchimento dos tubos de nylon, sendo as mais adequadas em razão das características da costa oceânica brasileira, da profundidade e dinâmica costeira (EMBRAPA, 2021).

A metodologia que está sendo admitida, de forma inicial, foi a pesquisa-ação como prática institucional no trabalho de assessoria técnica que desenvolvi junto às mulheres maricultoras de Rio do Fogo em 2018 e as maricultoras de Pitangui em 2019. De forma, alternativa a etnografia como método de pesquisa de campo está em curso, de forma a considerar a etnografia virtual como realidade metodológica que ganha maior evidencia em tempos de pandemia (FRAGOSO, 2011). Lançaremos mãos também da utilização dos aspectos presente na cartografia social das experiências das maricultoras de algas marinhas, buscando localizar a potência dessas experiências a nível brasileiro, uma vez que as experiências exitosas no território brasileiro se localizam no Nordeste com destaque para o estado do RN.

REFERENCIAL TEÓRICO

⁴ As mulheres da AMBAP tem sido acompanhadas pelo projeto “Cultivo e processamento de algas marinhas como uma tecnologia social fortalecendo a aquicultura familiar em Comunidades Tradicionais do RN do Departamento de Aquicultura da Escola Agrícola de Jundiá/UFRN em parceria com a Incubadora de Iniciativas e Empreendimentos Econômicos Solidários - INICIES a mais de 7 anos. A AMAR tem sido acompanhada pela Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA e pela organização Não-Governamental Associação de Apoio as Comunidades do Campo

do RN - AACC/RN, através do projeto Governa Cidadão do Estado do RN em parceria com o Banco Mundial.

1. AS MULHERES NA MARICULTURA DE MACROALGAS

Além do referencial teórico da literatura especializada, citada anteriormente nos deteremos nesse tópico a refletir sobre o trabalho das mulheres com a maricultura e as aproximações com o campo da agroecologia e do feminismo. Ao considerar que o trabalho com as macroalgas é realizado unanimemente pelas mulheres das comunidades tradicionais, que buscaram na prática da maricultura de macroalgas a alternativa para a construção da sua autonomia financeira, mas também política, pois, de forma majoritária, seus companheiros são os titulares do trabalho com a pesca, sendo historicamente principal gerador de renda nas comunidades pesqueira. Cenário que agravou quando a coleta predatória das algas diminuiu dos bancos naturais e a comercialização ficou ínfima, contradizendo o tempo de abundância que sustentava a economia local e que por um tempo foi a principal atividade econômica nas comunidades costeiras e fazendo com que os homens migrassem cada vez mais para a pesca em alto mar deixando apenas as mulheres na costa realizando a colheita das algas marinhas (MARINHO, 2016).

Dessa maneira, nosso olhar busca compreender as realidades das mulheres, como sujeitos políticos que está em conformidade com os princípios da agroecologia. Pelas relações construídas com a agrobiodiversidade, mas também por ser um trabalho desenvolvido como produção e reprodução da vida social e ambiental, logo mostra-se necessário compreendê-las como sujeitos políticos (SILIPRANDI, 2015) de uma prática agroecológica e feminista.

São mulheres pertencentes a comunidades tradicionais litorâneas, oriundas do contexto rural, que tem expresso nos seus corpos, no contexto social e nas relações marcadores sociais da diferença de interseccionalidade, de sexualidade, geração, raça, etnia e estratos sociais (GASPARETTO, 2020), sendo mulheres de classe média baixa, chefes de famílias, heteros, casadas.

Os primeiros contatos das mulheres com as algas marinhas remetem à infância, quando a prática era utilizada pelas mães e avós que catavam “cisco” na praia para o uso doméstico na agricultura.

Quero partilhar também sobre as diferentes denominações por serem indicadoras da construção das identidades das mulheres que trabalham com as algas marinhas, cumprindo uma necessidade de apresenta-las diante do seu ofício sobretudo pela maricultura de macroalgas não ser tão difundida no Brasil e no mundo. A denominação mais comum é “maricultoras”, principalmente entre o meio acadêmico e entre as mulheres

das associações. Outra denominação frequente, embora que equivocada é marisqueira, encontrada geralmente no senso comum por desconhecimento sobre a diferença entre o trabalho com mariscos e as algas marinhas. “Algueira”, é como são designadas na literatura sobre as mulheres africanas da região de Zanzibar que também trabalham com algas marinhas (FRAGOSO, 2011). Por último, nos deparamos com a denominação de “agricultoras do mar”, que intitula esse ensaio, expressa por Luzia da associação AMAR, quando indagada sobre como se veem no trabalho com as algas: “nós somos agricultoras do mar. Por que não tem as agricultoras que plantam na terra? A gente planta no mar”! Essa autodenominação nos apresenta os aspectos simbólicos da relação com as práticas do contexto rural, de onde são oriundas a maioria das mulheres.

As agricultoras do mar, executam o trabalho doméstico e de cuidado, em casa, com a família. No mar, o processo do trabalho com as algas é constituído da retirada das mudas de algas (*Gracilária Birdae*) dos bancos naturais, e “plantam” as algas nas instalações chamadas balsas flutuantes, que consistem em tubos redários, cujo processo de crescimento acontecerá de forma flutuante por 7cm/dia. Aproximadamente, após três meses é momento de colheita, seguida da lavagem, colocar ao sol para secar, processar no moíno para transformação em farinha e ou podendo ir diretamente para a embalagem. As mulheres também beneficiam as algas (in natura ou processada) na preparação de alimentos (bolos, mousses, geléias, cocalgas etc) e de pasta para sabão.

Além do processo de produção, processamento e beneficiamento as mulheres também participam de reuniões técnicas com equipe dos projetos das universidades da área de aquicultura, e de formação para fortalecimento da comercialização através de projetos de organização da sociedade civil e políticas públicas locais; articulação com o mercado externo (como é o caso das mulheres da AMAR), cujo mercado é localizado no estado de São Paulo – SP, voltado para a produção de medicamentos para o tratamento contra o câncer e elaboração de biocosméticos.

As mulheres também contribuem com os processos comunitários. Nesse período da pandemia as maricultoras da associação AMAR, por exemplo, foram beneficiadas com cestas básicas de doações, bem como receberam doações articularam o arrecadamento de alimentos no comércio local para montagem de cestas básicas, inscrevendo e distribuindo as cestas para demais famílias. O que representa a contribuição das mulheres auto organizadas com a comunidade de forma geral, onde não apenas buscam fortalecer seus processos coletivos e/ou individuais, mas também comunitário.

É razoável contextualizar e buscar compreender a atuação dessas mulheres em diferentes dimensões da sua vida, a partir da sua própria lógica de autonomia econômica e da sua compreensão sobre a liberdades dos seus corpos, considerando ainda o fato de que essas mulheres não estão inseridas a movimentos sociais feministas, agroecológicos ou outra institucionalização da sua atuação política de forma aparente. Portanto, buscamos compreender as diversas formas que as mulheres mantêm para se auto organizarem nos seus locais de vida e de atuação, com interface urbano e/ou rural, que ao passo do envolvimento com a maricultura foram se transformando e recriando, ao longo dos anos, e que continuam a constituir bases fundamentais de apoio para si e para as comunidades (MAMA, 2011).

Estamos falando de mulheres com participação, de forma pontual, nos processos de formação feminista ao longo das suas trajetórias de vida. Essa realidade se repete de forma mais adensadas quanto aos processos de formação e articulação do movimento agroecológico do qual, as mesmas, encontram-se distantes do seu desenvolvimento. De forma geral, esse distanciamento das construções agroecológicas também acontece por parte das agências que acompanham e assessoram essas mulheres. Com isso, embora as experiências não estejam na dinâmica institucional e política das discussões feministas e agroecológicas, quero explicitar o exercício de reconhecer as resistências das mulheres presente no seu saber-fazer individual e coletivo, enquanto sujeito político de direitos, materializado pelo direito à fala, a terra, à água, ao território, no acesso às políticas públicas e no processo de empoderamento, na luta por autonomia e na construção de outras formas de economias.

De acordo com nossa pesquisa o manejo das algas é realizado, majoritariamente, no mundo pelas mulheres, o que aponta uma contribuição sem precedentes para uma perpetuação da agrobiodiversidade marinha, demonstrando ser as mulheres as guardiãs e detentoras desse saber, bem como construtoras diretas da relação com o mar, com as algas e com o processo produtivo. Nesse sentido, é histórica a contribuição das mulheres na preservação e cuidado com a natureza, por serem atividades ligadas à manutenção e reprodução da vida (SILIPRANDI, 2002).

Esse aspecto se alia a importância dos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres (reprodutivo e produtivo), aqueles executados na esfera privada e pública, identificando as desigualdades de gênero, que valoriza apenas os trabalhos executados na esfera pública como lugar de prestígio relegado historicamente aos homens, por exemplo, em detrimento

dos trabalhos desenvolvidos na esfera privada, como é o caso do trabalho doméstico e de cuidados, que é desvalorizado e invisibilizado (SAFFIOTI, 2010).

As agricultoras do mar contribuem com a ciência e com o mercado capitalista a partir do trabalho produtivo e reprodutivo, mas também através da construção do conhecimento, como grande aliada das pesquisas científicas da aquicultura marinha. Essas dimensões não são consideradas pela economia capitalista, sobretudo ao considerarmos que a maricultura de algas gera um montante considerável na produção mundial, em escalas menores a geração de renda é o mínimo que fica para as mulheres. A lógica e tempo incompatíveis às lógicas e tempos do cuidado com a vida (LUGONES, 2011). A tarefa da Economia feminista, por exemplo, é identificar a sobrecarga e tensões que as mulheres interagem ao tentar conciliá-las, tendo como horizonte proposto a superação da contradição entre o produtivo e o reprodutivo para reorganização da economia, cenário ideal que possibilita às mulheres autonomia para tomada de decisão sobre o processo produtivo, utilização de técnicas, atribuições para as relações comerciais, prioridade para investimentos etc, tendo como central a sustentabilidade da vida (NOBRE, 2015).

Assim, pretendemos fazer aproximações teóricas sobre a atuação das mulheres na produção de algas marinhas em comunidades tradicionais. Para isso, estaremos de “mãos dadas” com a noção de feminismo comunitário, ecofeminismo e agroecologia, esta, que aparece como contraponto ao modelo capitalista de homogeneização da produção (BALESTRO; SAUER, 2013). Formada pelo tripé: movimento social, práticas sustentáveis de produção agrícola e ciência, a agroecologia “rompe com os domínios de uma ciência estanque, e propõe a incorporação de outros sujeitos sociais (que não o ‘cientista’), mas aqueles como coprodutores do conhecimento a ser gerado” (SILIPRANDI, 2015). No campo da economia feminista e economia ecológica, aponta-se a necessidade de mudança de foco de interesse na possibilidade de um bem-viver para as mulheres, onde a centralidade é a vida. Ambas visões estão comprometidas com a valorização de processos e dos sujeitos políticos, relegados como inferiores pelo pensamento hegemônico, que os tornaram invisibilizados (NOBRE; HERRERO, ISLA; MORENO; IYUSUKA, 2020). Isso nos aponta algumas compreensões à luz da “antropologia da agência” para pensar a realidade das maricultoras frente às relações institucionais que as mesmas precisam interagir e suas conseqüentes desafios à construção da sua autonomia para a efetividade de seus “projetos” de vida (ORTNER, 2016).

2. AGROECOLOGIA NO MAR

A agroecologia é vista por muitos como modelo de agricultura sustentável, mas também pode-se considerá-la enquanto uma tecnologia social, através de seus princípios sociopolíticos e ecológicos, promove a inclusão social e melhores condições de vida aos agricultores. Formada pelo tripé: movimento social, práticas sustentáveis de produção agrícola, e ciência. Um projeto de sociedade que contribui no processo de campesinato (SILIPRANDI, 2009). Ela faz parte de agroecossistemas sustentáveis, valorizando o conhecimento dos biomas locais, integrando o conhecimento científico e construindo novos saberes socioambientais (CAPORAL E COSTABEBER, 2004).

Apesar da agroecologia ter surgido desde os anos 1980, com vasta produção teóricas e de sistematizações de experiências, mostra-se incipiente as informações sobre as experiências desenvolvidas com a biodiversidade marinha no campo da agroecologia, enquanto práticas da agrobiodiversidade e a compreensão do mar enquanto um território de resistência das populações costeiras. Em particular das mulheres enquanto cultivadoras das algas e guardiãs desses saberes tradicionais com a maricultura.

Na reflexão sobre a agroecologia no mar elencamos alguns pontos de atenção ao que se referem às questões ambientais e sociais. Sobre o primeiro aspecto versa a preocupação sobre a poluição dos mares. A respeito disso, podemos evidenciar de forma mais recente o derramamento do petróleo bruto na costa brasileira, acumulando para desastres desse porte a falta de punições e políticas discriminatórias com populações mais vulneráveis, instalando-se certa iniquidade do racismo institucional, sanitário e ambiental, “em função de modelos de desenvolvimento insustentável, crise ambiental, despreparo institucional particularmente para a prevenção de eventos sociais e técnicos ampliados” (PENA; NORTHCROSS; LIMA; RÊGO, 2020).

No mar, os números das algas produzidos no mundo estão em torno de 400 mil toneladas em peso seco/ano e a produção de ficocolóides (aga-aga) com 50 mil toneladas de peso seco produzidas anualmente. Os valores globais das algas processadas industrialmente têm sido calculados na ordem de um bilhão de dólares e a demanda destes produtos tem sido incrementada em cerca de 10% ao ano (CRITCHLEY, 1993). Os valores das algas processadas no mercado global têm sido calculados na ordem de um bilhão de dólares e a demanda destes produtos tem sido incrementada em cerca de 10% ao ano (CRITCHLEY, 1993), sendo seu cultivo incentivado por instituições governamentais e não governamentais.

Outro aspecto está relacionado à atuação das mulheres como uma construção do conhecimento agroecológico e de liberdades sobre suas vidas, incluindo aí a geração de renda, a autonomia econômica, manejo e proteção ambiental. No entanto, é crucial identificar as relações de desigualdade de gênero, raça, classe e de trabalho, bem como possíveis exploração desses na relação com a agência. De diferentes instituições e considerar o montante arrecadado pelo mercado formal, apresentado de maneira exitosa de forma global. Enquanto, as mulheres maricultoras de algas tem buscado fortalecer sua autonomia na produção, comercialização e relação com o mercado.

Dessa maneira, mostra-se necessário compreender o mar enquanto um território agroecológico de atuação das mulheres, demandando por parte da sociedade como um todo: movimentos sociais e políticas públicas o reconhecimento das suas atividades de manejo de forma constante no mar, como impulsionadores de suas vidas e da biodiversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As algas marinhas são parte do conhecimento tradicional das maricultoras, nas suas diferentes fases de construção da relação com as algas e com o mar. Em geral, o trabalho com a maricultura trouxe para as mulheres empoderamento sobre suas vidas, incluindo aí contribuição na renda familiar e participação política em espaços de articulação para a produção das algas. Outro resultado preliminar é sobre a importância do trabalho das mulheres para as pesquisas científicas, pois é no manejo da produção e no beneficiamento das algas onde acontece o acompanhamento científicos dos grupos de pesquisas de diferentes áreas: aquicultura, serviço social, biologia, dentre outros. No entanto, vemos ainda muita invisibilidade do trabalho das mulheres, tanto nas pesquisas científicas, na preservação ambiental, quanto referências nos produtos comercializados em escalas nacionais e globais.

A atuação das mulheres com a maricultura de algas marinhas apresenta um contexto de resistência que ganham força se aliada às construções agroecológicas de fortalecimento da sua prática com a produção das algas e da agrobiodiversidade marinha e da sua autonomia e auto-organização, que aponta para uma prática feminista comunitária.

Outro aspecto que tem se tornado evidente é o baixo impacto na vida econômica das mulheres maricultoras, que apesar de tanto tempo dedicado à atividade ainda se encontram empobrecidas e enfrentando dificuldades no processo produtivo, na vida pessoal e familiar, especialmente em momento de pandemia.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2.^a ed, Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

BEZERRA, Antonino de Freitas. Cultivo de Algas Marinhas como desenvolvimento das comunidades costeiras. Dissertação defendida no Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PRODEMA/UFRN), em 2008.

CRITCHLEY, A. T. 1993. **Gracilaria (Rhodophyta, Gracilariales): An economically important agarophyte**. In Ohno, M. & Critchley, A.T. Seaweed Cultivation and Marine Ranching JICA, Yokosuka, Japan. p. 89-112.

HAMME, Martyn; ATKINSON Paul. **Etnografía Métodos de Investigación** . Ed. Paidós, Barcelona, 1994.

ISLA, Ana; NOBRE, Miriam, MORENO, Renata; IYUSUKA, Sheyla Saori; HERRERO, Yayo. In: **Economia feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios**. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2020.

LUGONES, María. Hacia un feminismo descolonial. **La manzana de la discordia** , n.6 , v.2, p. 105-119, Julio-Diciembre 2011. Disponível em: http://hum.unne.edu.ar/generoysex/seminario1/s1_18.pdf

Fragoso, Suely; Raquel Recuero, Adriana Amaral. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

GASPARETTO, Vera Fátima. **O campo dos estudos de gênero em Moçambique/África**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 1, e68326, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/ref/v28n1/1806-9584-ref-28-01-e68326.pdf>

MAMA, Amina . **What does it mean to do feminist research in African contexts?**

Feminist Review Conference Proceedings, 2011. Disponível em: <https://nigs.ufsc.br/files/2017/07/fr201122a-AMINA-MAMA-Feminist-Research-in-Africa.pdf>

MARINHO, Eliane Soriano. Historical context of commercial exploitation of seaweeds in Brazil. V REDEALGAS WORKSHOP (RIO DE JANEIRO, BRAZIL), 2016.

MERCADO, Leopoldo. **Pesquisa qualitativa on-line utilizando etnografia virtual**. In Revista Teias v. 13 n. ,30 ,169-183 ,set./dez. 2012.

NOBRE. Miriam. Economía solidaria y economía feminista: elementos para una agenda. In: NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu; MORENO, Renata. **Las mujeres en la construcción de la economía solidaria y la agroecología. Textos para la acción feminista**. SOF – Sempreviva Organização Feminista. SP, 2015.

ORTNER, Sherry. **Antropología y teoría social: Cultura, poder y agencia**. San Martín: Universidad Nacional de Gral. UNSAEDITA, 2016.

PENA PGL, NORTHROSS AL, LIMA MAG, RÊGO RCF. **Derramamento de óleo bruto na costa brasileira em 2019: emergência em saúde pública em questão**. Cad Saúde Pública 2020; 36(2):e00231019.

SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés Villamil (org). **Agroecologia e os Desafios da Transição Agroecológica** - 2^a Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleith I. B. **A mulher na sociedade de Classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da

UFMG. 2010.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

TEIXEIRA, Dárlio I.A; RIBEIRO, Karina; SIMÕES, Mirela; SOUZA, Ranilson de; SILVA, Robson, Liberal da. Cultivo de Macroalgas: uma atividade socioambiental. Recife: EDUFRPE, 2009.

KIMPARA, Stefany Almeida Pereira, VALENTI, Wagner Cotroni. MITSUE, Janaina. Produção e beneficiamento da macroalga marinha *Hypnea*. Embrapa. Brasília, DF, 2021.